

Instituto de Industria

III^o JORNADAS DE ECONOMIA POLITICA

9, 10 y 11 de noviembre de 2009

Campus UNGS: Juan María Gutiérrez 1150,
Los Polvorines, Prov. de Buenos Aires

EL PAPEL DEL CAPITAL FICTICIO Y TRABAJO IMPRODUCTIVO EN LA CRISIS ECONÓMICA MUNDIAL ACTUAL

PAUL COONEY SEISDEDOS

www.ungs.edu.ar/ecopol jornadaecopol@ungs.edu.ar

Tel. (5411) 4469-7552 o 4469-7500 int. 7255

Resumo

Em este trabalho analizamos la actual crisis financiera, considerando diferentes teorías de crisis marxistas, principalmente la teoría de baja tendencial de la tasa de ganancia y el estrangulamiento de ganancias. También presentamos el desdoblamiento de la crisis, analizando el sector hipotecario en los USA y considerando la relevancia del concepto de capital ficticio y trabajo improductivo para comprender la crisis actual. Nuestra conclusión principal es que la crisis actual está relacionada con el mayor papel del capital ficticio y del trabajo improductivo, más allá del aceptable por la propia reproducción del sistema capitalista. La predominancia del sector financiero en este período neoliberal, causó una insuficiente generación de plusvalía para la reproducción del sistema. Eran estos factores apuntados que provocaran la crisis actual y no la baja tendencial de la tasa de ganancia.

Palavras chaves: Crisis, capital fictício y BTG

I. Introdução

A história funciona de maneiras não antecipadas e, novamente, com a crise econômica mundial atual, o mundo está forçado a lembrar-se que o capitalismo tem esses colapsos de vez em quando. Subsequentemente, precisamos recordar que talvez Marx tenha alguma relevância para entender a economia capitalista moderna, notadamente pelo fato de que o capitalismo experimenta períodos longos de acumulação intensiva seguido por períodos de decadência, se não, depressão mesmo, algumas mais agudas ou severas que outras. Enquanto o interesse surge de novo nas teorias e

discussões sobre crise, torna-se necessário avaliar o que Marx escreveu sobre crises gerais e também considerar os debates marxistas sobre crises, especialmente os debates sobre a crise de acumulação dos anos 1970.

Durante os anos 1970 e 1980, o debate foi intenso entre os marxistas, com três principais abordagens ou teorias. Alguns teóricos argumentavam que a crise correspondia à análise de Marx, no livro três do *Capital*, sobre a baixa tendencial da taxa de lucro (BTTL)¹; outros, advogaram que o aumento dos salários através da luta de classe resultou no estrangulamento do lucro e, finalmente, havia uma terceira vertente que defendia a teoria de subconsumo. Claro que existem também teorias não-marxistas sobre crise, bem como a conhecida teoria de instabilidade e crise financeira de Hyman Minsky (1982), que merece atenção.

A crise atual foi percebida inicialmente como uma crise financeira, enraizada no colapso do mercado hipotecário e, posteriormente, pelo mercado do crédito dos Estados Unidos. Contudo, como tantas outras crises gerais, uma crise financeira é sempre a manifestação de uma crise, quer seja ela causada por aspectos puramente financeiros ou por fatores subjacentes à economia real. Então, precisamos analisar cuidadosamente para entendermos uma crise que está evoluindo enquanto estamos escrevendo, o que impõe a necessidade de avaliar a lógica da mesma, comparando-a com outras crises históricas.

Nesse trabalho, na segunda seção consideraremos o debate teórico, particularmente entre a perspectiva de baixa tendencial de taxa de lucro e a teoria de estrangulamento de lucro e a teoria de subconsumo. Na terceira seção analisamos a crise atual até o segundo trimestre de 2009, com ênfase no *boom* e bolha do mercado hipotecário americano. Na quarta seção consideramos o conceito de capital fictício e a relevância do conceito do trabalho improdutivo e como contribuíram para entender a crise atual. Na quinta seção avaliaremos as diferentes teorias para explicar a crise atual. Na última seção forneceremos as conclusões.

II. Debate Teórico e Empírico

¹ No texto, quando referimos a teoria da baixa tendencial da taxa de lucro, as vezes, usamos a sigla BTTL.

Nessa seção consideramos três das principais teorias marxistas sobre crise, mas primeiro consideraremos uma perspectiva mais ampla dos economistas em geral a respeito do tema. Num trabalho clássico, Shaikh (1983) apresentou uma história das teorias de crise, onde ele argumentou que existem três abordagens básicas a respeito de crise que se pode identificar na literatura. A primeira corresponde a abordagem dominante- neoclássicos e keynesianos conservadores - que o capitalismo é capaz de expansão automática, onde sequer existe o conceito de crise ou através das políticas certas poderiam ser evitadas. A segunda abordagem argumenta que o capitalismo sem ajuda não pode expandir, que a tendência natural é a estagnação e que só através de guerras, ondas de inovações ou aquisição de colônias, que o sistema consegue expandir. A terceira abordagem corresponde as teorias marxistas, que argumentam que o capitalismo é capaz de auto-expansão, mas com crises, como resultado das contradições internas do sistema. Um ponto chave nessa discussão, que Shaikh enfatiza, é a diferença entre a necessidade e possibilidade de crise, no sentido que a última corresponde a uma conjuntura fortuita de eventos enquanto o primeiro corresponde a tendência dominante e inerente do capitalismo enraizada nas contradições básicas do capitalismo mesmo.

Iniciaremos pela teoria da baixa tendencial da taxa de lucro de Marx; em seguida falaremos sobre a teoria do estrangulamento do lucro, defendida por alguns marxistas, como Weiskopf, Boddy e Crotty, Glynn e Sutcliffe; e, finalmente, abordaremos a teoria do subconsumo, defendida por vários autores, como Luxemburg, Baran e Sweezy e Bellamy Foster.

A Teoria da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro (BTTL)

A sempre presente necessidade da acumulação capitalista está vinculada às diferentes maneiras de aumentar a mais-valia. Isso é feito, como identificado por Marx no livro 1 de *O Capital*, através de três mecanismos: aumentando a jornada do trabalho, a intensidade do trabalho e a produtividade. Dependendo do período histórico, restrições legais impedem o aumento da jornada de trabalho; isso significava que cada vez mais a classe capitalista precisa introduzir inovações tecnológicas para aumentar a taxa de mais-valia. Além da luta pelo controle na fábrica e sobre o processo de produção com sindicatos ou trabalhadores, os capitalistas ou empresas estão enganados numa luta

contra outros capitalistas sobre a proporção do mercado. Para obter uma vantagem sobre seus competidores precisam diminuir os custos unitários de produção.

Assim, as mudanças tecnológicas, que produzem aumentos de produtividade, são capazes de acomodar a necessidade de competir por maiores fatias do mercado; propiciar aumento do controle do processo de produção na fábrica, além de aumentar a geração de mais-valia. Então, através da substituição de máquinas por trabalhadores, tem-se um aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável, especialmente, a proporção do capital fixo em relação ao capital total. Isso implica a tendência de aumento da composição orgânica do capital (C/V), assim como da produtividade social do trabalho, que é a tendência no capitalismo historicamente.

Marx observou que o crescimento da composição orgânica do capital, ocorre numa velocidade superior ao da taxa de mais valia (M/V), ou seja, há uma tendência gradual para a queda da taxa de lucro, ainda que existam fatores que contrabalanceiam essa tendência dominante. Então, a fórmula para a taxa de lucro (L') é:

$$L' = M / C+V \text{ ou } L' = \frac{M/V}{C/V + 1}$$

Isso implica que o crescimento da produtividade provoca aumento do numerador, a saber, a taxa de mais-valia, entretanto, não tão rapidamente quanto o aumento da composição orgânica, que está no denominador, acarretando a baixa tendencial da taxa de lucro.

Marx demonstra que o capital variável diminui de forma relativa, o que faz decrescer a relação entre a mais valia e o capital global. Em outras palavras, a diminuição da taxa de lucro na dinâmica capitalista prende-se ao fato de que, com o crescimento da composição orgânica do capital, o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto e, apesar do crescimento da taxa de mais valia produzida, a relação entre a mais-valia e o capital adiantado será cada vez menos favorável às pretensões do capital.

A crise, segundo Marx, inicia quando a massa de lucro estanca, ou seja, quando o efeito positivo da acumulação mesma é menor ou incapaz de compensar o efeito negativo da baixa tendencial da taxa de lucro, porque nesse ponto, a mais-valia total

estagna-se ou decresce. Em suma, o sistema capitalista gera no seu interior um processo contraditório, pois os mecanismos de acumulação e a valorização do capital acabam estreitando a base sobre a qual se apóia essa valorização. Resumindo, sobre a baixa tendencial de taxa de lucro e crises, Marx concluiu que, a barreira maior para o capital é o próprio capital.

A Teoria do Estrangulamento do Lucro

Já os teóricos do Estrangulamento do Lucro, como Glynn e Sutcliffe (1972), Boddy e Crotty (1975), por exemplo, defendem que a causa da queda do lucro é o aumento dos salários dos trabalhadores ou a desaceleração da produtividade, obtida a partir da lutade classes. Os sindicatos ou organizações dos trabalhadores organizam e disputam o salário e o controle da produção na fábrica, causando um forte aumento do salário real ou se a produtividade desacelerar, e assim uma queda da taxa de lucro.

Assim, o argumento utilizado era que, o numerador da fórmula da taxa de lucro (M/V), descrita acima, iria cair e com uma composição orgânica constante, a taxa de lucro também cairia. Alguns defensores dessa teoria argumentaram que a queda da taxa de lucro é decorrente da decrescente taxa de mais-valia e para comprovar esse argumento, usaram a razão de lucro-salário (π/w) como equivalente da taxa de mais-valia (m/v).²

Entretanto, tais teóricos se equivocam quando usam a *proxy* lucro-salário (π/w) como equivalente da taxa de mais-valia (m/v). Esse debate tem que ver com as diferentes níveis de abstração, dado que no livro 1 de *Capital*, não tem diferença entre mais-valia e lucro, contudo na análise mais concreta de livro 3, a mais-valia está dividida entre lucro (produção, comercial e financeiro), juros, impostos, renda fundiária, etc, ou seja, o lucro vai ser bem menor que a mais-valia³. Por outro lado, todos os salários implica que estão superestimando o capital variável para medir a taxa de mais-valia, dado que só trabalhadores produtivos deveriam estar incluídos. Logo, a relação entre lucro e salários é bem diferente da taxa de mais-valia, ou seja, a razão entre lucros e salários pode estar caindo, enquanto a taxa de mais-valia pode estar aumentando,

² Mas hoje alguns deles vão reconhecer a limitação dessa *proxy* para defender sua teoria, veja-se Kotz (2009), p.??.

³ Ver Shaikh, 1983. citação com página ***

como ocorreu, por exemplo, entre os anos 1948-1988, contrariando a análise dos mesmos.⁴

Um grande contraste entre a teoria de estrangulamento de lucros e a baixa tendencial de taxa de lucro é que o limite para acumulação do capital não seria o próprio capital, como afirmava Marx, mas o nível dos salários, como resultado da luta de classes. Infelizmente, alguns vão interpretar que o argumento da BTTL iria desincentivar a luta de classes. Entretanto, reconhecer os limites da luta para melhorar os salários, não deveria reduzir a importância de organização da classe trabalhadora para uma eventual superação do capitalismo.

Teorias de Subconsumo

Uma outra visão teórica a respeito do conceito das crises do sistema capitalista é a dos subconsumistas. Essa corrente de pensadores afirma que o sistema capitalista não é capaz de expandir-se por si mesmo e tem uma tendência a estagnação se não houver fatores externos, como guerras, ondas de inovações tecnológicas, etc.

No começo do século XX, John A. Hobson e, posteriormente, Rosa Luxemburgo reafirmaram essa necessidade que o sistema tem de mercados externos para o seu intrínseco problema de falta de demanda e interpretaram que a conquista imperialista foi um resultado dessa tendência.

Mais tarde, Sweezy e Baran retomam a posição subconsumista e colocaram esse problemática no contexto do capitalismo monopolista, em seu livro homônimo. Recentemente, já no contexto da crise atual, Bellamy Foster (2009) ratifica tal posição.⁵

Segundo a teoria subconsumista, existem dois tipos de bens produzidos: os de consumo e os de produção, mas é a produção do primeiro o que determina o segundo, ou seja, é a produção de bens de consumo, a saber, a demanda final, que regula a produção em geral. Parte desse produto é utilizado para repor os insumos utilizados em sua produção e a parte restante (produto líquido), após vendida, é dividida entre capitalista e trabalhadores, na forma de lucros e salários (renda líquida), respectivamente. Essa renda líquida, então, é utilizada como fonte de demanda efetiva para o produto líquido.

⁴ Ver, Shaikh, 1994, Figura 5.13. p.123

⁵ Apesar dos artigos de John Bellamy Foster, publicado no *Monthly Review*, que discutem a crise, não pudemos incorporar nesse estudo a avaliação deles por falta de espaço e tempo.

O problema é que, apesar dos trabalhadores geralmente consumirem toda a sua parte da renda líquida - existente em suas mãos sobre a forma de salários - com bens de consumo, os capitalistas não o fazem com a sua parte da renda líquida - na forma de lucro - pois buscam acumular cada vez mais, reservando assim uma parte da renda para reinvestir na produção, criando assim um hiato de demanda, que se torna maior quanto menores são os salários dos trabalhadores.

Portanto, o sistema capitalista não seria capaz de gerar uma demanda efetiva suficiente para consumir toda a produção, o que conduz a uma crise de subconsumo e que leva o sistema para um estado estacionário, devido à impossibilidade de o capital continuar acumulando.

"A posição geral desses escritores era que há um limite acima do qual a taxa de acumulação se torna perigosamente alta, ameaçando precipitar uma depressão. A lógica do argumento, como eles a desenvolveram, é que este limite de fato é a taxa de acumulação igual a zero, como é efetivamente assinalado por Chalmers. Dessa forma, caíram numa armadilha: ou eles recuam da ribanceira e descartam parte de seus resultados, ou eles devem manifestar explicitamente o absurdo de suas conclusões" (Shaikh apud Bleaney, 1983: 63)

Segundo os defensores da teoria do subconsumo, a saída encontrada pelo sistema capitalista para esse impasse são fontes externas de demanda efetiva em mercados que estariam fora da produção capitalista, tais como economias pré-capitalistas e países estrangeiros, sejam eles colônias ou não. O imperialismo ou acumulação primitiva, nesse sentido, surgia como uma alternativa extremamente eficiente, ainda que desumana, para o capital continuar acumulando. O problema desse argumento hoje é que realmente não existem países onde relações não-capitalistas dominam.

Sweezy e Baran, acrescentam que na fase moderna do capitalismo, o capital monopolista tende a expandir a capacidade produtiva mais depressa que a demanda efetiva internamente gerada, tornando o sistema mais dependente ainda de fatores externos - como imperialismo, inovações tecnológicas, guerras e ações do governo - que impeçam a sua estagnação.

III. A Trajetória da Crise Atual

A crise atual foi claramente evidenciada pelo mundo inteiro em setembro de 2008, quando a crise imobiliária americana chegou a afetar as bolsas de valores,

desencadeando uma crise de crédito que depois atingiu o mercado produtivo, causando forte impacto no nível de investimento e emprego, ocasionando uma recessão forte em alguns países diretamente atingidos, como os Estados Unidos da América e indiretamente o resto do mundo, cujas economias têm relação com a economia estadunidense. Dado que a crise está em pleno andamento, não se pode afirmar hoje quando ela atingirá o seu auge e quando a economia mundial retomará o fôlego.

A Crise Hipotecária e a Crise Geral de Crédito⁶

O mercado financeiro dos Estados Unidos, na última década do século passado, foi marcado por uma inflação muito baixa, reflexo de políticas monetárias contracionistas adotadas pelo governo americano na década de 80. Tal nível da inflação doméstica americana permitia ao banco central manter uma taxa de juros básica também em um nível baixo. Nesse mesmo período, inicia-se um processo de liberalização financeira que acentuaria a competição entre os bancos e as financeiras por clientes, fossem eles famílias, empresas ou governo. Esse fenômeno torna-se mais latente com o advento da globalização financeira, pois se estende para além das fronteiras estadunidenses e se espalha para o resto do mundo.

Os bancos e financeiras americanos, aproveitando-se da desregulação financeira promovida por Reagan e continuada pelos seus sucessores, além da falta de supervisão de suas ações pelos órgãos fiscalizadores do estado, notadamente o *Federal Reserve Bank*, buscou novos mercados em países emergentes, que por oferecerem risco maior de calote, pagavam juros mais altos por empréstimos.

A partir dos anos 80, na maioria do mundo, começou a virada neoliberal e a ideologia do laissez-faire ou livre mercado chegou a dominar as políticas econômicas globalmente. Com os problemas de crise de acumulação dos anos 1970, que significava baixas taxas de lucro nos setores industriais dos EUA, houve uma forte expansão do setor financeiro. A proporção dos investimentos americanos no setor financeiro, por exemplo, atingiu 27% em 1989 e, depois de quase vinte anos, permanecia ao redor de 15%. Assim, depois de tanta desregulação durante os anos 1980 e 1990, o mercado financeiro americano expandiu fortemente e com cada vez menos precaução, tanto para os países emergentes como, através de novas formas de arquitetura financeira, para o mercado hipotecário de subprime.

⁶ Um grande parte desta seção é derivada do excelente trabalho sobre a crise hipotecária dos EUA por Moseley (2008).

O mercado hipotecário americano experimentou fortes mudanças durante a último quarto do século passado. Em vez de uma relação simples entre os bancos comerciais e os compradores de casa, virou um labirinto de bancos de investimento, *hedge funds*, fundos de aposentadoria e, especialmente, o papel de securitização das hipotecas. Assim, os bancos começaram a vender cestas de hipotecas a qualquer banco, empresa financeira, etc. O processo da comercialização de *Mortgage Backed Securiteis* (MBS) envolveu agências de risco com uma lógica perversa, dado que eles deveriam estar avaliando as grandes empresas, como Merrill Lynch e Lehman Brothers, entretanto recebiam taxas significativas para dar melhores notas e manter o cliente. Dessa maneira, o castelo de cartas foi construído e facilitado pelo contexto do aumento dos preços das casas exponencialmente, até a expansão forte do mercado de subprime, com taxas de juros baixas no começo, seguido por aumentos altos, que muitos não puderam seguir pagando.

O termo *sub-prime*, que se tornou tão conhecido em todo o mundo, identifica precisamente os indivíduos que não tem renda, garantias ou história de crédito que justifiquem a concessão do empréstimo. Em outras palavras, essas eram as pessoas que ficavam de fora do mercado de financiamento de imóveis, por falta de qualificações suficientes para convencer as instituições financeiras de que era um risco aceitável. Todavia, essa categoria de tomadores de empréstimos tornava-se atraente pelo fato de pagarem taxas de juros mais altas do que os tomadores de empréstimo do mercado tradicional. Nesse tipo de contrato, os tomadores de empréstimos não apenas pagam juros mais altos, como o próprio imóvel residencial financiado, em longo prazo, serve de garantia de pagamento do empréstimo. Dessa maneira, o comprador só se torna proprietário do imóvel depois que a dívida é quitada junto ao banco. São as chamadas hipotecas residenciais que minimizavam o risco que envolvia esse tipo de operação.

Perceberam também, que era possível reaver rapidamente o dinheiro e efetuar novos empréstimos imobiliários, bastando disfarçar as hipotecas *sub-prime*, usando-as em um processo chamado de securitização, onde se utiliza um determinado número de contratos de hipoteca, que prometem pagar uma determinada taxa de juros, como lastro de um título financeiro, cuja remuneração é baseada nos juros pago pelo tomador da hipoteca. Esses títulos são então vendidos para fundos de investimentos, bancos, famílias, empresas, etc, que, em geral, não tem conhecimento do que está servindo de

lastro para os títulos por eles adquiridos e, conseqüentemente do risco que estão correndo.

Iniciou-se então, um processo de atração dos tomadores de empréstimos, que eram seduzidos por taxas de juros que iniciavam bem baixas nos primeiros anos e, portanto perfeitamente possíveis de serem pagas, mas que depois aumentavam bruscamente, tornando-se bem lucrativa aos financiadores e extremamente difíceis de serem pagas pelos mutuários. Quando ficou evidenciado a fragilidade dos papéis que serviam de base para essas operações financeiras, iniciou uma desconfiança por partes dos compradores das ações, então os títulos já não conseguiam ser comercializados, desencadeando o início da crise financeira americana em setembro de 2008.

A primeira fase da crise ocorreu quando os agentes financeiros tiveram a percepção de que haviam subestimado o risco desse tipo de operação, reavaliaram a aplicação nesse setor e passaram então a restringir o crédito. A segunda fase ocorreu quando os detentores de papel lastreados pelas hipotecas, perceberam que provavelmente não apenas deixariam de receber os juros que esperavam, como também sequer conseguiriam repassar esses papéis para outros sem sofrer um pesado prejuízo, uma vez que os outros investidores nesse tipo de papel estavam também querendo se livrar dos seus, e não comprar novos. A tentativa de se livrar deles, de qualquer forma, fez com que o valor desses papéis no mercado caísse vertiginosamente. Na verdade, a desconfiança passou a atingir também outros papéis semelhantes aos *sub-prime*, contagiando outros segmentos do mercado de capitais. Os investidores achavam que na dúvida, era melhor tentar vender todos os papéis antes que outros o fizessem. Os preços de todos os títulos foram desabando, então um a um. A terceira fase da crise, conhecida como crise patrimonial - obrigações a pagar maiores que os direitos a receber - está ocorrendo, ou seja, os bancos e as financeiras que compraram papéis lastreados em hipotecas sub-prime estão vendo os valores dos mesmos despencarem devido a sua desvalorização no mercado, levando muitos deles a falência ou muito próximo disso.

Essa situação deu início a outro problema ainda maior. As instituições financeiras sobreviventes restringiram fortemente o crédito, seja pelo medo e desconfiança do momento que a economia atravessa, seja pela própria diminuição da sua capacidade de empréstimo, ou ambos os fatores. Assim, as empresas que investem no mercado produtivo se vêem sem capital de giro para produzir, os consumidores

deixam de adquirir bens duráveis porque não há crédito e a economia *real* começa a esfriar, o crescimento econômico desacelera ou se contrai, o desemprego cresce e o consumo segue diminuindo e, quando se percebe, já está em plena recessão. A situação piora ainda mais quando a percepção da gravidade da crise chega a outros países que não mais acreditam que a mesma possa ser reparada por medidas governamentais. A crise então passa a se retro-alimentar.

Agora precisamos considerar os conceitos que são relevantes na discussão sobre o crescimento do setor financeiro nas últimas décadas. Para isso, além de identificar e distinguir capital financeiro e capital fictício, temos que entender a categoria de trabalho improdutivo e o seu papel que tem na crise atual.

IV. Capital Financeiro, Capital Fictício e Trabalho Improdutivo

É importante distinguirmos duas modalidades de capital – capital financeiro, também conhecido como capital portador de juros e capital fictício– pois isso nos ajudará a compreender melhor a origem da atual crise financeira, bem como a relação do capital fictício com a crise geral de crédito que atinge o sistema capitalista.

A fase atual do capitalismo tem mostrado uma crescente separação entre o crescimento do setor financeiro em relação ao crescimento do setor produtivo. O sistema capitalista precisa da geração de mais-valia e atividades como comércio e finanças, ainda que necessárias para o funcionamento do sistema, não geram nova riqueza real, ou seja, não geram novo valor nem mais-valia. Isso ocorre porque o trabalho desenvolvido nessas atividades são improdutivos, mais precisamente, improdutivo para o capital, uma vez que não cumprem um requisito básico para ser considerado produtivo, que é a geração de mais-valia.

Então, as atividades de bancos e financeiras, que emprestam dinheiro ao setor produtivo, onde a mais-valia é gerada, correspondem a trabalho improdutivo, mas que são necessários para o funcionamento do capitalismo. Assim, ainda que improdutivo, esse tipo de capital tem papel importante para o setor produtivo e Marx o denominou de capital portador de juros ou capital bancário. Nesse sentido, da mesma maneira que o industrial capitalista recebe a sua parte da mais-valia gerada na produção sobre a forma de lucro, o banqueiro tem o direito a uma parte da mais-valia sobre a forma de juros,

que é, na definição de Marx, o preço do valor de uso da função do dinheiro enquanto capital. Entretanto, se o empréstimo desse dinheiro gera um título que serve de garantia ao empréstimo realizado, esse título pode ser vendido a outrem que tenha a intenção de aplicar seu dinheiro. Na realidade, o emprestador pega o título gerado pelo empréstimo e vende a terceiros, no intuito de recuperar rapidamente o capital emprestado para continuar emprestando e ainda obter vantagem na transação, uma vez que cobra uma taxa de juros maior do que paga. Todavia, o valor original emprestado não se duplica e, portanto, os títulos gerados nada mais são do que capital fictício, pois não tem mais nenhuma relação com a produção.

“Mas esse capital não existe duplamente, uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e outra vez como capital realmente investido naquelas empresas. Ele existe apenas nesta última forma, e a ação nada mais é que um título de propriedade, pro rata, sobre a mais-valia a realizar por aquele capital.” (Marx, 1986, p.11).

Assim, o capital fictício não é capital produtivo que gera novo valor, ao contrário, é apenas um título que dá direito a apropriação de uma parte da mais-valia (lucro) produzida na sociedade.⁷

O atual estágio do capitalismo, marcado pela predominância do capital financeiro em relação ao capital produtivo, possibilitou o uso indiscriminado de capital fictício, principalmente os “derivativos”, cujo resultado é uma diminuição das atividades produtivas por um lado e a criação de bolhas especulativas por outro, que culminou em uma crise geral de crédito, cujo efeitos produziram a pior crise econômica sofrida pelos Estados Unidos e o mundo, desde várias décadas.

V. Comparação das diferentes teorias de Crise para explicar a Crise Atual

Inicialmente, quando estava considerando a crise atual, parecia como outra crise financeira neoliberal - México 1994-95, Ásia 1996-97, Rússia 1998, Brasil 1999, Equador 2000, Argentina 2001-2002. Contudo, dessa vez não estava num país do terceiro mundo ou em qualquer um país do primeiro mundo, mas no país hegemônico da economia mundial. Enquanto a crise avançou de setembro a dezembro de 2008, as notícias pareciam piorar em termos dos impactos, estendendo-se além do setor financeiro e impactando cada vez mais a economia real, não só nos EUA, mas também

⁷ Veja-se Dayani e Cipolla (2008), que é uma excelente análise sobre o papel do capital fictício na crise atual.

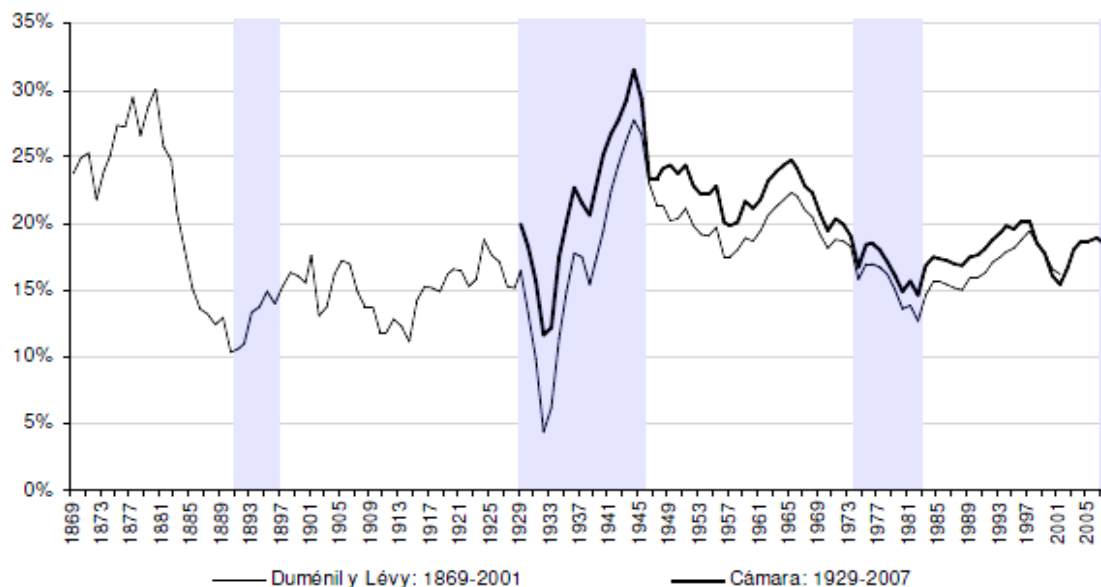
na Europa, Japão, Coreia, América Latina e China. Por exemplo, muitos países entraram em recessão e até mesmo a China teve sua impressionante taxa de crescimento de 10% cortada pela metade num pequeno período de seis meses. A mídia começou a fazer referências a possibilidade de uma depressão mundial. Essa idéia foi apoiada pelas estatísticas e previsões sobre desemprego, dívida, queda dos PIBs, que foram os piores resultados em décadas.

No momento atual (maio de 09), é difícil dizer se o pior já chegou. Ainda que alguns melhoramentos aconteceram no mercado do crédito, muitos ativos tóxicos ainda estão ameaçando as economias. Também existe a preocupação com o dólar cada vez mais fraco, principalmente pelo fato dos EUA estarem gastando dinheiro para salvar os grandes bancos, como Citibank, empresas como GM e Chrysler e criando novos pacotes de estímulo à economia, sem mencionar o orçamento militar para as guerras do Iraque e Afeganistão. De todas maneiras, esse trabalho não pretende parecer uma bola de cristal para prever o futuro ou quando o fim de recessão chegará. No momento, não parece que uma depressão mundial acontecerá, entretanto não se pode considerar impossível. Um fator importante, mas que não tivemos tempo de estudar é o papel da China, que achamos bem relevante para analisar a trajetória da recessão mundial. Nesse momento, vamos analisar o que aconteceu e as causas subjacentes da crise, avaliando as diferentes explicações teóricas de crise.

Como mencionamos acima, a primeira avaliação parece que era só uma crise financeira, causada pelo boom e a bolha do mercado hipotecário. Entretanto, alguns marxistas, como Carchedi e Sampaio argumentam que a crise atual corresponde a uma crise de BTTL pelo fato de já ser uma crise geral. O argumento implicaria que a composição orgânica crescente combinado com a crescente taxa de mais-valia (só que com menor velocidade) estão causando a decrescente taxa de lucro e quando a massa de lucro estanca, a crise começa. Logo abaixo, o Gráfico 1, mostra que a taxa de lucro começou a decrescer entre os anos de 1966 e 1967 e continuou diminuindo até aproximadamente 1982, evidenciando que a crise dos anos 1970 foi uma crise de acumulação. Ainda que necessite de uma avaliação mais cuidadosa, os dados dos anos 1982-2006 mostram uma tendência crescente da taxa de lucro, ao contrário da

verificada nos anos 1960, cuja queda estava claramente associada com a crise dos anos 1970.⁸

Gráfico 1. Tasa de ganancia y estructura económica en Estados Unidos, 1869-2007



Fuente: Cámara (2009c) y Duménil y Lévy (1994). La tasa de ganancia corresponde al conjunto de los negocios privados en Estados Unidos y está calculada como la ganancia total entre el capital fijo neto invertido en la producción. La serie ha sido ajustada por la tasa de utilización de la capacidad instalada.

Baseado nos dados da taxa de lucro, nem a BTTL ou a Teoria do Estrangulamento dos Lucros parece coerente como a causa subjacente da crise atual. A virada neoliberal na economia mundial ao fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foi uma resposta a crise da acumulação dos anos 1970. Esse tipo de neoliberalismo, foi orientado ao setor financeiro, semelhante ao ocorrido no fim do século 19, evidenciado pela políticas de abertura financeira, comercial, e privatizações e um ambiente bem pró-capital, a saber, o *laissez-faire*.

Enquanto o capital financeiro se tornou preponderante e atingiu quase um terço de todo investimento nos EUA, os ganhos líquidos do capitalismo era bem menos possível, a pesar de que muitos capitalistas individuais estavam se beneficiando bastante. Quanto maior a porcentagem do capital investido no setor financeiro, menor

⁸ Como bem conhecido, a análise *mainstream* considera que a crise dos anos 1970 foi causada somente pelo petróleo, quando na verdade tratou-se de uma crise de acumulação e os choques do petróleo apenas exacerbaram essa crise. Isso só pode ser percebido considerando os dados e categorias certos (veja-se Shaikh, 1994).

será o excedente global ou mais-valia global gerado e, assim, menores taxas de crescimento e acumulação, como foi experimentado globalmente no período neoliberal.

Então, argumentamos que isso significou uma proporção maior de trabalho improdutivo, causando uma crescente separação entre a esfera financeira e a esfera produtiva na economia, a saber, uma autonomia do setor financeiro excessiva para os interesses do capital em geral. E o pior exemplo foi o caso do setor hipotecário, que era o catalisador da crise e um dos exemplos da especulação excessiva, que não só era improdutivo, mas também um exemplo do papel do capital fictício, que é realmente contrário aos interesses do capital em geral.

V. Conclusões

Nesse trabalho apresentamos uma discussão geral, ainda breve sobre as diferentes teorias da crise, com ênfase sobre a teoria de baixa tendencial de taxa de lucro e a teoria de estrangulamento de lucro. Depois consideramos a crise atual que está em andamento atualmente (maio 2009) e depois discutimos os conceitos de capital financeiro, capital fictício e o papel do trabalho improdutivo. Finalmente, tentamos analisar a crise atual considerando a possibilidade de ser uma crise que correspondesse a BTTL ou ao estrangulamento de lucros, mas observamos que parece mais com uma crise do neoliberalismo dominado pelo setor financeiro.

Temos que recordar que as crises são como soluções temporárias para as contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido existia uma crescente contradição entre a expansão do capital financeiro, que não estava gerando mais-valia e as necessidades da valorização do capital em geral, que precisa cada vez mais de mais-valia para acumulação e crescimento. Ainda que o capital financeiro faça empréstimos ao capital produtivo, a proporção do capital financeiro que era simplesmente capital fictício tornou-se tão elevada que chegou a ameaçar o funcionamento do sistema e assim começou a crise, primeiro no setor hipotecário depois no setor de crédito, com um colapso, sem precedentes em tempos recentes. Atualmente, só podemos especular como a crise atual vai ser resolvida, pois uma análise completa e definitiva requer dados que somente nos próximos anos estarão totalmente disponíveis.

Referências

AQUINO, Dayani e CIPOLLA, Francisco. O Capital Fictício e a Crise Subprime. SEPLA.2008.

BRENNER, R. and GLICK, M. The Regulation Approach: Theory and History. Number 188. 1991

BRENNER, R. O Boom e a Bolha. Ed. Record. São Paulo. 2006

CARCHEDI, G. (2009) “The return from the grave, or Marx and the present crisis.”, unpublished paper.

CROTTY, Jim. "The role of money and finance in Marx's crisis theory", in The Imperilled Economy Macroeconomics from a Left Perspective. New York: Union for Radical Political Economics, 1987

Glynn e Sutcliffe (1972), Boddy e Crotty (1975)

HILFERDING, R. O Capital Financeiro. São Paulo. Ed. Nova Cultural, 1985

KLIMAN, Andrew. “The Destruction of Capital” and the Current Economic Crisis. 2009. <<http://sites.google.com/site/radicalperspectivesonthecrisis/finance-crisis/on-the-origins->> Acesso em 16/05/2009.

KOTZ, David M. The Current Financial and Economic Crisis: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. Department of Economic University of Massachusetts Amherst, 2009.

LAIBMAN, David. The Onset of the Great Depression II: Conceptualizing the Crisis. 2009. <<http://urpe.wordpress.com/2009/01/10/the-onset-of-great-depression-ii/>>

MANDEL, E. *Capitalismo Tardio*. São paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, K., 1987. *O Capital*, Livro 3, Volumes 4-5, DIFEL, Rio de Janeiro.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Ed.Nova cultural, 1997.

MINSKY, H. *Can "It" Happen Again? Essays on instability and finance*, New York, 1982.

MOSELEY, F., 2008 “The Us Home Mortgage Crisis: How Bad Will It Be? Causes And Solutions”, apresentado no IV Coloquio de SEPLA, Buenos Aires.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. Ensaios FEE. Porto Alegre.1983.

SHAIKH, Anwar. The Falling Rate of Profit and the Economic Crisis in the U.S. in *URPE Reader- Part Three Empirical Perspectives*, 1985.

SHAIKH, A. and TONAK, E.A., *Measuring the Wealth of Nations-The Political Economy of National Accounts*, Cambridge University Press, New York, 1994.